



**PAUTA
PARA A 82ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 19 DE JUNHO DE 2012**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 414, de 2012, de autoria do deputado Beto Tricoli. Institui o "Dia do Público e do Cineclubismo".

2 - Projeto de lei nº 415, de 2012, de autoria do deputado Marcos Neves. Inclui as notas do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) no cômputo das notas dos exames admissionais da Escola Técnica Estadual (ETEC) e da Faculdade de Tecnologia (FATEC), do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (CEETEPS).

3 - Projeto de lei nº 416, de 2012, de autoria do deputado Roberto Engler. Revoga a Lei nº 9.994, de 1967, que dispõe sobre a impossibilidade de instituições de assistência social destinadas a recolher menores desamparados, cuja denominação contenha os termos "asilo", "orfanato" ou "abrigo", serem declaradas de utilidade pública ou beneficiadas por auxílio ou subvenção do Estado.

4 - Projeto de lei nº 417, de 2012, de autoria do Tribunal de Justiça. Dá nova redação ao inciso X do parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 11.608, de 2003, que instituiu a Taxa Judiciária.

5 - Projeto de decreto legislativo nº 6, de 2012, de autoria do deputado Adriano Diogo. Susta, nos termos do inciso IX do artigo 20 da Constituição do Estado, o Decreto nº 13.757, de 1979, que autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, em favor do Ministério do Exército, de imóvel que especifica.

6 - Moção nº 55, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam todos os esforços para que os Projetos de Lei 3172 e 3173 de 2012, que dispõem, respectivamente, sobre o regime de cálculo das contribuições sociais PIS/PASEP e COFINS relativas às receitas decorrentes de prestação de serviços de energia elétrica e sobre a extinção da Reserva Global de Reversão e da Conta de Desenvolvimento Energético, sejam apreciados e aprovados com a máxima brevidade .

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 409, de 2012, de autoria do deputado João Antonio. Disponibiliza profissional proficiente na Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) nos estabelecimentos prestadores de serviço público.

2 - Projeto de lei nº 410, de 2012, de autoria da deputada Beth Sahnão. Dispõe sobre a criação da "Casa Dia dos Idosos" objetivando proporcionar-lhes acolhimento, abrigo diurno, cuidados, proteção e convivência adequados a suas necessidades.

3 - Projeto de lei nº 411, de 2012, de autoria do deputado Roberto Engler. Declara de utilidade pública o "Lar São Vicente de Paulo de São José da Bela Vista", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 412, de 2012, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Determina que os fabricantes industriais de roupas e calçados do Estado devam atender também às pessoas que necessitam de tamanhos maiores.

5 - Projeto de lei nº 413, de 2012, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Dispõe sobre a inclusão da laranja "in natura" no cardápio da merenda escolar da Rede Oficial de Ensino do Estado.

6 - Moção nº 54, de 2012, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine a realização dos estudos técnicos e a adoção das medidas necessárias visando a redução ou isenção da carga tributária incidente sobre a cadeia produtiva dos insumos utilizados no cultivo de laranja, bem como a prorrogação da Linha Especial de Crédito (LEC) para garantir o financiamento da estocagem de suco.

3ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 12, de 2012, de autoria do deputado Adriano Diogo. Dispõe sobre a instituição do "Serviço de Combate à Violência Contra a Mulher (SOS - Violência Contra a Mulher)", no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de lei Complementar nº 26, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei complementar nº 988, de 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado e institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público do Estado.

3 - Projeto de lei Complementar nº 27, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Cria cargos de Defensor Público do Estado, no Quadro da Defensoria Pública do Estado, na forma que especifica.

4 - Projeto de lei nº 405, de 2012, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dispõe sobre a criação de um programa de bandas e fanfarras na Secretaria de Estado da Cultura.

5 - Projeto de lei nº 406, de 2012, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação dos Usuários do Centro Comunitário Urbano (CECOU)", em Euclides da Cunha Paulista.

6 - Projeto de lei nº 407, de 2012, de autoria da deputada Regina Gonçalves. Dá a denominação de "Gilson Pereira" à passarela localizada no km 26 da Rodovia Castelo Branco - SP 280, em Barueri.

7 - Projeto de lei nº 408, de 2012, de autoria do deputado Itamar Borges e outros. Dispõe sobre a regulamentação da atividade de piscicultura, reconhece como atividade de interesse social e econômico e estabelece as condições para o desenvolvimento sustentável da produção piscícola no Estado.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 25, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a reclassificação dos salários dos integrantes da Lei complementar nº 1.044, de 2008, alterada pela Lei complementar nº 1.148, de 2011.

2 - Projeto de lei nº 400, de 2012, de autoria do deputado Afonso Lobato. Institui o "Dia Estadual do Vegetarianismo".

3 - Projeto de lei nº 401, de 2012, de autoria do deputado Afonso Lobato. Institui o "Dia Estadual do Macrobiótico".

4 - Projeto de lei nº 402, de 2012, de autoria do deputado Marcos Neves. Classifica como Estância Turística o Município de Santana de Parnaíba.

5 - Projeto de lei nº 403, de 2012, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dispõe sobre critérios para a outorga de títulos a Municípios paulistas.

6 - Projeto de lei nº 404, de 2012, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Institui o "Dia Estadual do Cooperativismo".

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 397, de 2012, de autoria do deputado Celso Giglio. Determina o funcionamento dos semáforos entre as 24:00 e as 5:00 horas da manhã em sistema de alerta, com luz amarela piscante, no Estado.

2 - Projeto de lei nº 398, de 2012, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "Luiz Geraldo Zanco" ao retorno localizado no km 181+230m da Rodovia SP 340, em Estiva Gerbi.

3 - Projeto de lei nº 399, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a criação de bancos públicos de armazenamento e conservação de cordões umbilicais no Estado.

4 - Moção nº 52, de 2012, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que promovam as medidas necessárias à aprovação do Projeto de lei nº 2833 de 2011, que objetiva criminalizar atos de crueldade praticados contra cães e gatos.

5 - Moção nº 53, de 2012, de autoria do deputado Beto Tricoli. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de lei nº 166, de 2009, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre bicicletas, suas partes e peças, seja apreciado e aprovado com a máxima brevidade possível.

Em pauta por 2 (duas) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 151 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

Moção nº 132, de 2011, de autoria do deputado João Caraméz. Apela para o Sr. Presidente do Senado Federal para que, na apreciação e votação do Projeto de Lei nº 30, de 2011, que propõe a reforma do Código Florestal, seja suprimido o texto final da alínea b, bem como a alínea f, do inciso VIII do artigo 3º constante da emenda proposta pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle dessa egrégia Casa de Leis. Parecer nº 1013, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 291, de 2011, de autoria do deputado Samuel Moreira. Dá a denominação de "Roberto Celeste" ao viaduto localizado no km 96 da Rodovia Carvalho Pinto, em São José dos Campos. Parecer nº 987, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação.

2 - Projeto de lei nº 369, de 2011, de autoria do deputado Baleia Rossi. Dispõe sobre a criação do "Programa Nutricional" em escolas públicas para evitar a obesidade infantil. Parecer nº 988, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação.

3 - Projeto de lei nº 622, de 2011, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Novo Oriente - Governador Orestes Quércia" à ponte sobre o rio Tietê localizada no km 215 da Rodovia SP 563, em Pereira Barreto. Parecer nº 989, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação.

4 - Projeto de lei nº 832, de 2011, de autoria do deputado Rafael Silva. Dá a denominação de "Domingos Servidone" à passarela localizada na altura do km 5,5 da Via de Acesso "Prof. Paulo Donato Castellane", SPA 112/333, em Jaboticabal. Parecer nº 990, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação.

5 - Projeto de lei nº 915, de 2011, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "João Trevisan Neto" ao retorno localizado no km 186 da Rodovia Governador Doutor Adhemar Pereira de Barros - SP 340, em Estiva Gerbi. Parecer nº 991, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação.

6 - Moção nº 14, de 2012, de autoria da deputada Ana Perugini. Aplauda a Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Estado de São Paulo - SOGESP pela iniciativa de promover o II SIMPÓSIO SOBRE HPV em 2012. Parecer nº 992, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação.

7 - Moção nº 20, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que a Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2011, que altera o art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer a criação da Zona Franca do Semiárido Nordestino, seja aprovada. Parecer nº 993, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 440, de 2011, de autoria do deputado Donisete Braga. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Comunitária em Itaquera e Adjacências - ABC ITAQUERA", naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 543, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara de utilidade pública a "Associação Mauaense de Assistência e Apoio aos Deficientes Visuais - AMADEVI", em Mauá.

3 - Projeto de lei nº 652, de 2011, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural de Santos Reis de Santo Antônio do Aracanguá", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 1071, de 2011, de autoria do deputado Rafael Silva. Dá a denominação de "Cabo PM Aparecido Donizeti Gomes" à sede do 3º PEL/PM da 4ª Cia do 51º BPM-I, em Serrana.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 298, de 2011, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "Prefeito José 'Bepe' Spadaccia" ao trevo e ao viaduto de acesso localizados no km 122 da SP 065, Rodovia D. Pedro I, em Valinhos.

2 - Projeto de lei nº 697, de 2011, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "José Vanderlei Camargo" ao viaduto localizado no km 154 da Rodovia Presidente Castelo Branco - SP 280, em Quadra.

3 - Projeto de lei nº 795, de 2011, de autoria do deputado Carlos Cezar. Dá a denominação de "Djalma Dias de Souza" à passarela situada no km 0,5 da Rodovia José Ermírio de Moraes - SP 075, em Sorocaba.

4 - Projeto de lei nº 994, de 2011, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Martins Quirino da Silva" à passarela localizada no km 375,00+ 200 m da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em Ourinhos.

5 - Projeto de decreto legislativo nº 12, de 2007, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 001544/026/92 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo Banco Nossa Caixa S/A. e a empresa Vale Refeição Ltda.

6 - Projeto de decreto legislativo nº 13, de 2007, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 028870/026/01 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Construtora LR Ltda.

7 - Projeto de decreto legislativo nº 67, de 2007, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 022479/026/99, que julgou irregulares a tomada de preços e o contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado São Paulo - CDHU e a CAL Empreendimentos e Participações Ltda.

8 - Projeto de decreto legislativo nº 68, de 2007, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 034091/026/01, que julgou irregulares a concorrência pública e o contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado São Paulo - CDHU e a TARUMÃ Engenharia Ltda.

9 - Projeto de decreto legislativo nº 8, de 2008, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acórdão referente ao Processo TC-28765/026/03, que julgou irregulares a licitação e o contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Comagi Construções e Comércio Atayde Girardi Ltda., bem como os atos ordenadores das correspondentes despesas.

10 - Projeto de decreto legislativo nº 9, de 2008, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do

Estado, constante do acórdão prolatado por aquela E. Corte de Contas no Processo TC-32253/026/00, que julgou irregulares a licitação e o contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU e a empresa Vemax Construtora Ltda.

11 - Projeto de decreto legislativo nº 43, de 2008, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nos acórdãos referentes aos processos TC 011064/026/05 e TC 011698/026/05, que julgou irregulares os contratos firmados entre a Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Serviços de Saúde - Hospital Geral "Dr. José Pângela" e a empresa Geraldo D. Coan & Cia Ltda.

12 - Projeto de decreto legislativo nº 47, de 2008, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Considera regulares, nos autos do processo TC1773/026/05, a concorrência pública e o contrato firmado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo e a empresa Leão & Leão Limitada.

13 - Projeto de decreto legislativo nº 67, de 2008, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acórdão referente ao processo TC 028329/026/05, que julgou irregulares a licitação e o contrato celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER e a empresa Consórcio Lenc-Figueiredo Ferraz.

14 - Projeto de decreto legislativo nº 20, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC - 7182/026/06, que julgou irregulares a concorrência pública, o contrato e o termo de aditamento, celebrados entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo e a Construtora Madri Ltda.

15 - Projeto de decreto legislativo nº 29, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 9770/026/06, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa Construmik Comércio e Construção Ltda.

16 - Projeto de decreto legislativo nº 33, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC-5017/026/05, que julgou irregular o contrato celebrado entre o Banco Nossa Caixa S.A. e a empresa

Tecnoformas Indústria Gráfica Ltda.